

O SURGIMENTO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA

THE EMERGENCE OF A PUBLIC POLICY

Ana Maria Orlandina Tancredi Carvalho
Universidade Federal do Pará (UFPA)



RESUMO

Este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa realizada entre os anos de 2003 a 2006 e versa sobre o surgimento de uma política pública voltada à formação de “monitores” que atuavam com crianças de baixa renda, na faixa etária de 4 a 6 anos, no Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL). Trata-se da *Revista Criança* utilizada como instrumento de formação em serviço. Sua primeira publicação, de caráter nacional, inicia-se em 1982, tratando da Educação Pré-Escolar. Como procedimento teórico-metodológico, realizou-se uma pesquisa documental – sendo nosso objeto de análise a referida Revista –, bem como Planos, Programas, Projetos, Pareceres e Resoluções emitidas por diferentes órgãos do Governo, no período compreendido entre 1964 a 1985. Finalizamos a pesquisa entrevistando profissionais que, à época, ocupavam cargos administrativos. É nosso objetivo discutir, por meio de uma análise dialética, o processo de constituição dessa política e os fatos que culminaram com o surgimento deste periódico, ainda hoje em circulação.

Palavras-chave: Política Pública. Pré-Escolar. Revista Criança.

ABSTRACT

This article presents the results of a research conducted between 2003 and 2006 and discusses the emergence of a public policy aimed at the formation of “monitors” who worked with low-income children, 4 to 6 years-old, in Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL (Brazilian Literacy Movement). We refer to *Revista Criança*, a magazine used as a tool for in-service training. Its first publication, nationwide, began in 1982 and focused on Preschool Education. As theoretical and methodological procedure, we conducted a documentary research – with the above mentioned magazine as our subject of analysis – as well as with Plans, Programs, Projects, Opinions and Resolutions issued by different government agencies in the period from 1964 to 1985. We concluded the research by interviewing professionals who, at the time, occupied administrative positions. Our goal is to discuss, by means of a dialectical analysis, the process of creation of this policy and the events that led to the emergence of this periodical, which is still in circulation.

Keywords: Public Policy, Preschool, Revista Criança.

Introdução

Este artigo, intitulado “O Surgimento de uma Política Pública” busca discutir, de forma crítica o processo de constituição de uma política específica para a Educação Pré-Escolar – a Revista Criança – uma publicação oficial do Ministério da Educação, analisando os fatos que culminaram com o surgimento deste periódico, que continua em circulação até o presente momento.

Este texto é o resultado de um longo processo investigativo realizado entre os anos de 2003 a 2006. Os procedimentos metodológicos utilizados foram a pesquisa bibliográfica e documental, visto que foram examinados planos, programas, projetos, pareceres, resoluções emitidas por diferentes órgãos do Governo durante o período da ditadura militar – 1964 a 1985 – entrevista com profissionais que ocupavam cargos na esfera administrativa do Estado Brasileiro.

Adotei ainda, como procedimento metodológico para o desenvolvimento das investigações, a formulação de algumas questões orientadoras, como: por que é o Mobral que publica essa revista? Que relação tem o Mobral com a Educação Pré-Escolar? A quem se destina essa revista? Que concepções políticas veicula?

Para compor o quadro teórico de análise dialoguei com diferentes autores como Politzer, Besse e Caveing (1970); Talheimer, (1979), Jobim Souza (1984), Marx (1984), Germano, (1990), Poulantzas, citado por Azevedo (1997) Höfling (2002), Faria, (2005), Didonet (2006), Kramer (2006), Leite Filho, (2006), entre outros.

Os primeiros catorze números desse periódico foram publicados pelo Movimento Brasileiro de Alfabetização – Mobral, responsabilizado que foi pelo MEC¹ para desenvolver o Programa de Educação Pré-Escolar, para as crianças de baixa renda, na faixa etária de quatro a seis anos de idade.

Este artigo é constituído por uma contextualização histórica e política, seguido dos resultados e discussões e as considerações finais.

Contextualização histórica e política

O objeto ora em estudo – a Revista Criança – é uma política pública gestada na época da ditadura embora sua publicação coincida com o fi-

nal deste período que teve seu início com o golpe militar de 1964.

Para obrigar as instituições a adequarem-se à legislação autoritária instalado por esse regime, o Congresso Nacional (transformado em Congresso Constituinte) promulgou a Constituição de 1967, que representa um grande retrocesso para a sociedade brasileira, reforçada pela Emenda Constitucional n.º 1 de 17 de outubro de 1969.

A Constituição de 1967 foi restritiva em relação aos trabalhadores, pois “[...] proibiu greves no serviço público e nas atividades essenciais”, acabou com a “[...] estabilidade no serviço público e estimulou o trabalho infantil ao reduzir a idade legal mínima de trabalho para doze anos” (GERMANO, 1990, p. 76).

Tais medidas tiveram como consequência:

Achatamento salarial no que diz respeito à força de trabalho adulta, redução da infância para as crianças trabalhadoras, uma vez que ficavam expostas à exploração capitalista, mais cedo. Em decorrência, isto significava mais dificuldade ou mesmo impossibilidade de frequência à escola de um numeroso contingente de crianças. A nosso ver, representava, sobretudo, a oferta de uma força de trabalho ainda mais barata, porquanto o menor recebe um salário mínimo inferior ao adulto. (GERMANO, 1990, p. 770)

Essas políticas visavam adaptar o sistema educacional às demandas do modelo econômico e à doutrina da segurança nacional e passam a ser grandemente influenciadas pelos acordos com a *Agency for International Development*, conhecidos como acordos MEC-USAID, pois o país submetia-se à ajuda técnica e financeira proposta pelos Estados Unidos. Tais acordos geraram protestos generalizados nos meios acadêmicos, resultando, inclusive, em intervenção de universidades (OLIVEIRA, 1980 e GERMANO, 1990). Nesse sentido, procede-se a reformulação da Educação Superior, por meio da Lei 5.540, de 1968, e a reforma do ensino de 1º e 2º Graus, com a Lei 5.692/71, com fortes influências do tecnicismo, do pragmatismo e do produtivismo, tendo como objetivos a pretensa despolitização da educação e o atendimento às demandas do mercado de trabalho.

Promulgada a “nova” LDB, esta se refere muito vagamente à educação da criança peque-

¹ MEC – Ministério da Educação

na. Proclamada pelo Congresso Nacional, a Lei 5.692/71 destina-lhe tão somente o parágrafo 2º, do Artigo 19, cujo teor é o seguinte:

[...] os sistemas de ensino velarão para que as crianças de idade inferior a sete anos recebam conveniente educação em escolas maternas, jardins de infância e instituições e equivalentes (GUERRA DUARTE, 1976, p. 162).

Estabelece, ainda, a mesma lei, em seu Artigo 61, que os sistemas de ensino estimulem as empresas que têm como força de trabalho mães com filhos menores de sete anos, que organizem e mantenham educação que preceda o ensino de primeiro grau, cuja manutenção poderá estar a cargo, exclusivamente, da empresa, ou em colaboração, inclusive, com o poder público. Eis o que afirma Campos, Rosemberg, Ferreira (1995, p. 44-5), em artigo sobre essa legislação:

O pequeno interesse concedido à pré-escola e o caráter vago da redação do texto são fatores que determinaram, pelo menos parcialmente, a inexistência de uma política educacional nacional progressiva para esta faixa da população no nível do Ministério da Educação. As carências aqui são primárias: textos produzidos pelo MEC são inconsistentes quanto ao conceito de pré-escola, bem como quanto o limite inferior da faixa etária a que se referem.

Constata-se, portanto, que a educação da criança pequena de 4 a 6 anos não teve destaque na legislação, pois, além de merecer apenas um parágrafo de um artigo, no que seria a responsabilidade do poder público, os termos utilizados silenciam sobre o que fazer e são omissos em relação às crianças de 0 a 3 anos. Por exemplo, o que significa “velarão”? De quem é a responsabilidade? Com que recursos? Isso é o não dito, o silêncio, que, no entanto, fala, sugerindo, que não há necessidade de uma política pública de qualidade, bem como de investir nesse nível de educação. Este silêncio pode, ainda, ser interpretado como o fato de se ter acesso a uma vaga na Pré-Escola não se constituir um direito, mas um favor para as crianças de baixa renda e um privilégio para aquelas economicamente favorecidas.

Expressões como “velarão para que...”, “estimularão as empresas”, o atendimento a crian-

ças menores de 7 anos de idade, sob a forma de “conveniente educação”, em escolas maternas e jardins de infância e em “instituições equivalentes” evidenciam um descompromisso quase total do poder público para com a criança brasileira.

Para as crianças das camadas populares destinavam-se as políticas compensatórias no que concerne aos aspectos nutricionais, culturais e educacionais em diferentes programas desse período. Porém o debate de que a educação pré-escolar já se justificava “[...] independentemente dos problemas da escola de 1º Grau e dos efeitos que possam ter sobre ela” (JOBIM; SOUZA, 1984, p. 14) já estava instalado. As verdadeiras razões para se implantar a Pré-Escola encontram-se:

[...] inicialmente, nas necessidades próprias da criança e nas formas como estas podem ser satisfeitas pelo ambiente. Mesmo porque uma pré-escola que tenha como objetivo prevenir o fracasso escolar da criança pobre desloca injustamente para ela a responsabilidade de uma incompetência que não está nela, mas sim no sistema educacional e na desigualdade social. (JOBIM E SOUZA, 1984, p. 14).

Frequentar a Pré-Escola não se constituía ainda em um direito de todas as crianças brasileiras, pois essa conquista se dará com a Constituição de 1988 na qual, pela primeira vez, as crianças de 0 a 6 anos são nomeadas. Antes as Constituições falavam “todos” têm direito à educação e não se falava nem em creche, nem em pré-escola, nem em idade.

O ano de 1979 foi declarado Ano Internacional da Criança, esse fato motiva os países a apresentarem programas, relatórios enfim demonstrar para a opinião pública a importância que atribuem, no caso à criança. É dessa época (década de 1970) o movimento feminista que inclui entre suas reivindicações o:

[...] direito de seus/suas filhos/as a serem educadas pela sociedade em creche [...]. Agregaram a esta mesma luta, nos anos de 1980, o direito das crianças à educação anterior à escola obrigatória. Assim, agora sujeitos de direitos, as crianças pequenas também serão legisladas. (FA-RIA, 2005, p. 1015)

Todos esses fatores, sem dúvida alguma, contribuíram para que houvesse um ambiente favorá-

vel na sociedade e, logicamente, o MEC, sensível à voz de todos esses sujeitos, toma a decisão de atuar na educação pré-escolar e lança o Programa Nacional de Educação Pré-Escolar de 1981.

Este programa transcende o debate predominantemente pedagógico para se inserir nas decisões político-administrativas.

Ao apresentar à nação brasileira as razões de sua decisão, o MEC define a participação das diferentes esferas administrativas no plano, estabelece as diretrizes e estratégias para o seu desenvolvimento, e chama para si a competência de atuar de forma supletiva² em relação aos sistemas de ensino estadual e municipal e que sua atuação se dará por meio da Secretaria de Ensino de 1º e 2º Graus (SEPS), Secretaria de Desenvolvimento Educacional (SED), Coordenadoria da Educação Pré-Escolar e do Mobral.

Resultados e discussões

A política educacional para a Educação Pré-Escolar, à época da ditadura militar, consistia em programas de caráter nutricional, recreativo, preventivo e compensatório, entendendo por políticas preventivas: “[...] o conjunto de medidas governamentais que, se bem adequadas, deveriam, no limite, produzir o mínimo de desigualdade social” e por políticas compensatórias as “[...] medidas destinadas a remediar desequilíbrios gerados pelo processo de acumulação” (SANTOS apud GERMANO, 1990, p. 122), voltadas à prevenção do fracasso escolar no ensino de 1º Grau. Daí a implantação de diferentes programas emergenciais, como o Projeto Casulo, por exemplo, evidenciando o caráter de classe das políticas públicas, pois como afirma Silva (1999, p. 4):

Para as crianças ricas, a educação pré-escolar, com métodos e atividades pedagógicas voltadas para o desenvolvimento social, cognitivo e de outras habilidades, já era oferecida, inclusive pelo poder público, desde as primeiras épocas da República. Para os pobres, o atendimento se resumia à guarda, alimentação, cuidados com a saúde e a higiene e formação de hábitos de bom comportamento na sociedade. (SILVA, 1999, p. 41)

² Significa que o MEC atuará para complementar a ação estadual ou municipal, portanto não é sua função precípua.

Caráter de classe tem também esse programa do Mobral, pois, como o público alvo são crianças de baixa renda utiliza-se de espaço que a comunidade disponibilizou para o programa, de pessoas sem a formação devida para exercer o magistério e ainda muitas vezes “voluntários”, que são pessoas da comunidade que assumem a responsabilidade de fazer a merenda e desenvolver determinadas atividades nesse espaço.

É importante destacar que mesmo no período mais duro da ditadura militar, a sociedade brasileira se organizava para reivindicar por direitos e pelo fim desse nefasto período da História Política Brasileira. Assim é que no final da década de 1970 e início da década subsequente, novos personagens – os movimentos sociais³ – entram no cenário da história brasileira. Este novo sujeito é social, coletivo, descentralizado, tendo mesmo surgido antes das teorias que o designaram. No seu interior, indivíduos que estavam “[...] dispersos e privatizados, passam a definir-se, a reconhecer-se mutuamente, a decidir e agir em conjunto e a redefinir-se a cada efeito resultante das decisões e atividades realizadas” (CHAUÍ, 1995, p. 10). Tais sujeitos são alçados ao nível de “[...] ‘celebridade da abertura’ para a democratização” (GERMANO, 1990, p. 311). Destacam-se, de maneira especial, os movimentos sindical, estudantil e dos bairros. Tais movimentos sociais, de natureza popular, criam condições para o exercício da democracia, o que, no entanto, não significa que a “[...] a sociedade brasileira seja organizada e participativa [...] Apesar disso, é preciso reconhecer que as organizações de interesse tornaram-se parte importante da vida nacional” (CUNHA, 1991, p. 21).

Considero, portanto, que as políticas públicas de corte social são resultantes da luta incessante entre as reivindicações de diferentes camadas sociais, que se mobilizam em busca de cidadania — particularmente naquele momento histórico —, embaladas por esses novos sujeitos que entram em cena: os movimentos sociais que contribuíram para o alargamento dos espaços políticos, travando batalhas constantes.

Como surge a Revista Criança?

³ Para Sader: “As referências empíricas dos estudos sobre os movimentos sociais são as mais diversas: uma categoria sindical de trabalhadores, uma comunidade de base ou o conjunto das comunidades, favelados de uma determinada favela ou de uma vila, moradores de um loteamento clandestino que se organizam, mulheres de clubes de mães, o ‘movimento popular’ pensado como um conjunto de movimentos etc. [...]” (SADER, 1995, p. 46).

Assim diz o Presidente do Mobral:

De acordo com orientações do MEC, o MOBREAL assumiu um compromisso com as crianças de populações de baixa renda, da faixa etária de 4 a 6 anos, na certeza de que a sua educação é um direito reconhecido universalmente. (RC, n. 1, BRASIL, 1982, p. 1).

O público alvo que será atendido pelo Mobral são as crianças oriundas de camadas da população de baixo poder aquisitivo na faixa etária de 4 a 6 anos de idade. Portanto há uma nítida separação na oferta da educação. Uma serão atendidas pelo MEC via Secretarias de Educação e outras, as de baixa renda, o Mobral se incumbiria de educá-las.

Para se desincumbir do compromisso assumido com o MEC, o Mobral transfere para o desenvolvimento do Programa de Educação Pré-Escolar para o qual foi responsabilizado a mesma tecnologia que vinha adotando no Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos, ou seja, a utilização de espaços físicos ociosos como escolas, clubes, igreja, centros de culto, fábricas, galpões etc.. Trata-se de uma prática de aproveitamento de espaços ditos ociosos da comunidade, prática sempre presente quando se trata de trabalhar com camadas sociais de baixo poder aquisitivo e para desenvolver atividades com as crianças também usa o seu *know how* trabalhar com monitores.

Com o objetivo de contribuir para a melhoria do trabalho desses monitores, o Mobral publica a Revista Criança (RC).

Afirma o presidente do Mobral na apresentação desse periódico assim se manifesta: “Existe hoje uma prioridade nacional em relação à criança, estabelecida pelo Ministério da Educação e Cultura – Secretaria de Ensino de 1º e 2º Graus ao qual o MOBREAL está vinculado” (RC, n. 1, Brasil, 1982, p. 1). Daí a atuação do Mobral na Educação-Pré-Escolar e daí a publicação da RC tendo como objetivo “[...] contribuir para o aperfeiçoamento do trabalho com as crianças, seja o realizado em Núcleos de Educação Pré-Escolar, Grupos de Atendimento ao Pré-Escolar, ou em outras formas de atendimento” (RC, n. 1, BRASIL, 1982, p. 2). Pretende ainda contribuir “[...] para a melhoria do trabalho do monitor” (RC, n. 1, BRASIL, 1982, p. 1).

A ideia da publicação dessa Revista, de acor-

do com Leite Filho (2006) origina-se no próprio Mobral, pois esta fundação possuía...

[...] na DIPRE⁴ um corpo técnico com 30 técnicos que elaborava a programação e os materiais (publicações) para os treinamentos [...].

Além desta ação enviávamos para cada monitora, via COMUM⁵ uma caixa contendo 10 livros de literatura infantil; 10 brinquedos de madeira; tinta; pincéis; massa de modelar; lápis; espelho; etc.

Desenvolvemos também ações de assistência técnica indireta (assim chamava-se na época) elaborávamos publicações que eram enviadas aos monitores através dos SA's⁶ que recebiam textos com orientações como trabalhar as publicações com as monitoras. Neste contexto que pensei na criação da revista Criança. (LEITE FILHO, 2006)

Continuando a falar sobre a origem da Revista Criança informa-nos, o Coordenador do Programa, que ela “Foi criada como um instrumento de formação continuada de monitoras do programa. Inicialmente era toda escrita por técnicas da DIPRE. Havia seções fixas e grupos responsáveis por estas seções [...]” (LEITE FILHO, 2006).

Informa-nos, ainda, que o Mobral

[...] possuía uma boa gráfica e toda uma estrutura com pessoal especializado em diagramação, revisores, artes-finalistas etc. Sem dúvida foi uma grande conquista qualitativa (nossa) no programa. Isto tudo contribuiu para que conseguíssemos lançar a publicação. (LEITE FILHO, 2006)

Sobre a origem da Revista Criança, Didonet (2006) revela que:

Foi criada como instrumento de informação, formação e apoio aos professores e monitores. O MEC conseguiu que ela fosse estendida a todos os professores de educação pré-escolar das instituições públicas, e não apenas aos monitores do MOBREAL. Com isso, toda a educação pré-escolar na época, saiu ganhando. A Coordenação de Educação Pré-Escolar do MEC contribuía com artigos, indicação de autores etc.

⁴ Divisão de Educação Pré-escolar

⁵ Coordenação Municipal

⁶ Supervisão de Área

Didonet (2006) destaca que à época quando a RC foi criada, “[...] o mundo editorial ainda não havia despertado para a educação infantil, os livros eram poucos, e menor ainda o número de revistas, estas sendo mais locais e de tiragem restrita (DIDONET, 2006)”. Outro aspecto que merece destaque, ainda, é que a “[...]”

Revista Criança foi pioneira como revista nacional na educação das crianças pré-escolares e com o mérito de chegar gratuitamente aos professores e monitores das instituições públicas de educação pré-escolar” (DIDONET, 2006).

Os temas abordados por essa publicação referem-se à educação pré-escolar como: brinquedos e brincadeiras, artes plástica, musical e dramática (aqui incluindo, o teatro de sombra, o teatro de varas e a mímica), recorte e colagem. Artigos de fundo como adaptação da criança na instituição, a organização de turmas com diferentes idades, a alfabetização na pré-escola, preconceito de cor, a criança e a sexualidade, a avaliação na pré-escola, o trabalho diversificado, o medo, a criança mente?

A Revista Criança caracteriza-se como uma política pública educacional do Estado Brasileiro, tendo sido iniciada a sua publicação nos Governos Militares, veiculando tanto o pensamento pedagógico da época para a Educação Pré-Escolar assim como diferentes concepções de infância e de criança, bem como orientando os fazeres e o projeto político pedagógico das unidades que se dedicavam ao trabalho com as crianças de 4 a 6 anos, nos à época denominados Gapes⁷ e Nepes⁸.

Considerações finais

A Revista Criança, primeira publicação periódica voltada para a Educação Pré-Escolar no Brasil, possibilitou a veiculação do pensamento político-pedagógico da época, utilizando-se de uma forma simbólica adequada, legítima e pertinente de divulgação da temática relativa à área em foco. As questões aí veiculadas destinam-se inicialmente a um público muito específico, os monitores do Mobral, espalhando-se posteriormente a toda área da Educação Pré-Escolar Brasil afora. Como é lançada na época da ditadura militar, no contexto de políticas compensatórias para a Educação Pré-Escolar, apresentou-se como uma possibilidade de formação, mediante a modalidade “treinamento em serviço”, visto que em geral o monitor não possuía a habilitação devida para exercer a função de docente da Educação Pré-escolar.

A pesquisa constata que a Revista Criança, no período investigado, veiculou uma proposta político-pedagógica assentada na ação voluntária, no esforço da comunidade, no baixo investimento público, na remuneração irrisória dos “monitores”, no aproveitamento de espaços ociosos da comunidade para realizar as atividades de Educação Pré-Escolar, tendo na sucata o material preferencial para ser usado pelas crianças. A proposta político-pedagógica desse periódico, em grande parte dos seus artigos, explicita uma política que não reforça e não amplia a cidadania democrática.

Referências

- AZEVEDO, Janete M. Lins. *A educação como política pública*. Campinas, SP: Autores Associados, 1997.
- BRASIL. *Criança*. Rio de Janeiro: MOBRAL, n. 1, p. 1-12, 1982.
- BRASIL. 5.692/1971. Lei de diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º Graus. In: GUERRA DUARTE, Sérgio. *A reforma do ensino*. Rio de Janeiro: Linceu, 1976.
- CAMPOS, Maria Malta. A questão da creche: história de sua construção na cidade de São Paulo. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Brasília, 71 (169); 212-231, set/dez 1990.
- CAMPOS, Maria Malta; ROSEMBERG, Fúlvia; FERREIRA, Isabel. *Creches e pré-escolas no Brasil*. São Paulo: Cortez: Fundação Carlos Chagas, 1995.
- CHAUÍ, Marilena. Prefácio. In: SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-16.
- CUNHA, Luis Antônio. *Educação, Estado e Democracia no Brasil*. São Paulo: Cortez; Niterói, RJ: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1995.
- ⁷ Gapes – Grupos de Educação Pré-Escolar
- ⁸ Nepes – Núcleo de Educação Pré-Escolar.

- minense; Brasília: FLACSO do Brasil, 1991.
- DIDONET, Vital. *Algumas questões sobre o Mobral e a Revista Criança*. Entrevista concedida por meios eletrônicos, 2006.
- FARIA, Ana Lúcia Goulart de. *Educação Pré-Escolar e Cultura: para uma pedagogia da Educação Infantil*. Campinas/SP: Unicamp/São Paulo: Cortez, 1999.
- _____. Políticas de regulação, pesquisa e pedagogia na educação infantil, primeira etapa da educação básica. *Educação & Sociedade*. Campinas, SP, v. 26, n. 92, p. 1013-1038, out. 2005.
- GERMANO, José Willington. *Estado Militar e Educação no Brasil: 1964-1985 – um estudo sobre política educacional*, 1990, 444 p. Tese. (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 1990.
- HÖFLING, Eloisa de Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. Políticas públicas e educação. *Cadernos CEDES*. Ano XXI, nº55, Campinas, p. 30-41, 2002.
- JOBIM E SOUZA, Solange. Tendências e fatos na política da Educação Pré-Escolar no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 51, p. 47-53, novembro/1984.
- LEITE FILHO, Aristeo. *Algumas questões sobre o Mobral e a Revista Criança*. Entrevista concedida por meios eletrônicos, 2006.
- KRAMER, Sonia. *Algumas questões sobre o Mobral e a Revista Criança*. Entrevista concedida por meios eletrônicos, 2006.
- MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Moraes, 1984.
- MELLO, Danilo. Secretário de Educação do Município de Palmas/TO. *Políticas de Financiamento para a Educação Infantil*. Palestra proferida no dia 26 de fevereiro de 2009 em Macapá, durante a realização do II Seminário do MIEIB na Região Norte
- POLITZER, Georges; BESSE, Guy.; CAVEING, Maurice. *Princípios Fundamentais de Filosofia*. São Paulo: Hemus, 1970.
- SILVA, Anamaria Santana da. Educação e assistência: direitos de uma mesma criança. *Pro-Posições*. Vol. 10 n. 1. Campinas, SP. Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, p. 41-53, 1999
- TANCREDI CARVALHO, Ana Maria Orlandina. *Políticas Nacionais de Educação Infantil: Mobral, Educação Pré-Escolar e a Revista Criança*. 2006, 217 p. Tese (Doutorado em Educação) Faculdade de Educação/Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 2006.
- THALHEIMER, Augst. *Introdução ao materialismo dialético*. São Paulo: Ciências Humanas. 1979
- Ana Maria Orlandina Tancredi Carvalho
Doutora em Educação (Unicamp). Professor 3º Grau da Universidade Federal do Pará (UFPA).
- Recebido em 07/08/2010.
Aprovado para publicação em 02/11/2010.

